

AGRICULTURA FAMILIAR, ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO: O CASO DA COMUNIDADE RURAL DE RODA D'ÁGUA

LEANDRO LUCIANO DA SILVA

FLAVIA MARIA GALIZONI

AUREO EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO

RESUMO

Agricultura familiar, recursos naturais e programas públicos são temas controversos e têm despertado o interesse de pesquisadores de vários ramos da ciência. A relação entre esses temas apresenta maior complexidade quando o ambiente de convergência é o semiárido. O presente trabalho tem por objetivo apresentar as principais estratégias produtivas de agricultores familiares identificadas na comunidade rural de Roda D'água, município de Januária (MG). Observou-se que os agricultores familiares dessa localidade desenvolvem estraté-

gias específicas de utilização de recursos naturais, principalmente terra e água. As atividades produtivas da comunidade combinam produção agrícola e pecuária leiteira que, juntamente com as políticas públicas de transferência de recursos como Bolsa Família, são responsáveis por integrar a renda monetária dos agricultores. Articulam, assim, os programas públicos na dinâmica de suas estratégias produtivas objetivando sempre a permanência e reprodução do grupo social em seu território.

PALAVRAS - CHAVE

Agricultura familiar, programas públicos, recursos naturais, semiárido.

INTRODUÇÃO

A partir do grande impulso desenvolvimentista em meados do século XX acreditou-se que o setor agrário caminharia no mesmo ritmo do desenvolvimento experimentado pelo setor urbano/industrial. Diante dessa premissa, condenou-se a agricultura camponesa, tradicional ou agricultura familiar a um espaço muito marginal.

Entretanto, esses modelos tradicionais de agricultura sobreviveram e se reestruturaram a expensas das falhas apresentadas pelo modelo capitalista de produção, e, por todo mundo, a agricultura camponesa ou familiar se mostrou capaz de conviver com os novos padrões de desenvolvimento experimentados pela sociedade urbana-industrial.

Se por todo o mundo os modelos camponeses de fazer agricultura permaneciam e se reformulavam, no Brasil não foi diferente. Apesar de estarem às margens do modelo de desenvolvimento idealizado para o rural brasileiro – que privilegiou desde o Brasil Colônia, a monocultura e os grandes empresários do café, da cana e do algodão – os moradores de condição, foreiros, posseiros e outras formas que compõem a agricultura familiar brasileira permaneceram, foram ganhando espaço e revelando sua importância para a economia do país.

Nesse sentido destaca-se que, no Brasil contemporâneo, a agricultura familiar ocupa 24,3% das terras no rural brasileiro e contribui com aproximadamente 40% da produção nacional de alimentos, garante 74,4% de ocupação de mão de obra no campo e retira aproximadamente R\$ 677,00 por hectare/ano, enquanto a agricultura patronal extrai apenas R\$ 358,00 por hectares/ano (MDA 2006).

Para construir essa representatividade no cenário nacional a agricultura familiar lança mão de várias estratégias que estão relacionadas à geração de renda e ocupação, formação de patrimônio, gestão do trabalho familiar, migração, uso de recursos naturais e “captura” de políticas e programas públicos.

As estratégias produtivas estão associadas, principalmente, a formas de relacionamento com a natureza: a disponibilidade e gestão dos recursos naturais é ao mesmo tempo ponto de estrangulamento e potencialidade para a garantia da continuidade de agricultores familiares.

No território nacional há estabelecimentos de agricultores familiares com perfis diferenciados: há famílias de agricultores que desenvolvem suas atividades em ambientes naturais com abundância de recursos e existem aquelas que são obrigadas a se desenvolverem em ambientes com escassez de recursos naturais. Este é o caso dos agricultores familiares no semiárido mineiro.

Esta região é comumente caracterizada como seca e de extrema pobreza, e, recorrentemente é alvo de programas e políticas voltadas ao “socorro” da população

em épocas de estiagem acentuadas. Contudo, é possível identificar que essa região possui características que se sobrepõem à “seca”, à “pobreza” e favores políticos. Por meio de observação detalhada da agricultura familiar e de seus modos de lidar com as características do ambiente onde se localiza, percebeu-se a trajetória de uma população que mantém identidade e cultura material que embasam laços de convivência, tanto entre os indivíduos quanto com o ambiente em que vivem.

O objetivo deste trabalho é apresentar as estratégias produtivas de agricultores familiares da Comunidade Rural de Roda D’água, localizada no Alto-Médio São Francisco, ao norte de Minas Gerais, identificando suas relações com programas de desenvolvimento e com a gestão e uso de recursos naturais no semiárido.

Trata-se de um estudo de caso. Os dados aqui apresentados foram obtidos por meio da aplicação de questionários semiestruturados e observações *in loco*. As entrevistas foram realizadas no ano de 2009 e foram pesquisadas 30% (trinta por cento) das 45 famílias de agricultores da comunidade Roda D’água, selecionadas a partir de critérios relacionados ao número de membros da família, acesso à terra e diversidade de produção agrícola.

O presente trabalho além da introdução está disposto da seguinte forma: no referencial teórico são analisadas a relevância da agricultura familiar e suas estratégias produtivas no semiárido mineiro. Na seção seguinte são apresentados os resultados do estudo na comunidade de Roda D’água, em especial as estratégias relacionadas à geração de renda, às iniciativas comunitárias, à captação de programas públicos relacionados ao manejo de recursos naturais.

DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

A relação entre agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento rural tem sido tema controverso na literatura. Diversos autores têm destacado a importância da unidade familiar no ambiente rural, a relevância da sua produção, seu papel geração de ocupação e a conservação do ambiente. Entretanto, o modelo de desenvolvimento implantado em várias regiões do país, como na área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tem colidido com as perspectivas das comunidades rurais.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009), a agricultura familiar representa 84,4% do total de estabelecimentos rurais brasileiros. E é a principal geradora de ocupações no meio rural. Das 16,5 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira 12,3 milhões estão na agricultura familiar: ela ocupa 15,3 pessoas a cada 100 há, enquanto a agricultura não familiar ocupa apenas 1,7 pessoas a cada 100 há. Quando

se considera o valor da renda total agropecuária de todo o país os estabelecimentos familiares respondem por 40%; este montante é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar.

Ocorre que, parte das vezes, esse conjunto expressivo de dados não é levado em consideração pelas organizações públicas e privadas ao estruturarem políticas e programas de desenvolvimento para o rural.

Ribeiro *et al.* (2007) ao analisarem programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha esclarecem que novos programas devem considerar a possibilidade de inovar a partir das tradições, considerando que sistemas locais detêm as suas particularidades às vezes ignoradas.

Esses sistemas locais podem ser compreendidos como uma base territorial onde se revela o desenvolvimento rural. Nesse ambiente convergem setores produtivos compostos por um conjunto de elementos como: a integração mercantil com cidades da própria região; a combinação entre uma agricultura familiar consolidada com processo de urbanização e industrialização; pluratividade das famílias rurais que permite a retenção de população rural e redução do êxodo, a criação de programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos. Todos esses elementos devem ser levados em consideração para a análise do desenvolvimento rural ou de seu potencial (Kageyama 2004).

Para Ortega (2008) território é um conceito polissêmico, complexo, mas o seu uso molda uma “concepção espacial de desenvolvimento delimitada pela articulação e pela organização de interesses territorialmente circunscrito” (Ortega 2008: 54). Para este autor o relevo nas “capacidades e recursos” territoriais reanimou um debate sobre desenvolvimento rural, pois destacou a importância da população rural principalmente no que diz respeito ao “(...) seu aspecto de flexibilidade e sustentabilidade, expresso na sua capacidade de organizar estratégias de sobrevivência não só na inserção nos mercados de produtos agrícolas (...), mas também em outros mercados de produtos e serviços (...)” (Ortega 2008: 74). Dentro desta perspectiva do desenvolvimento territorial a agricultura familiar por suas características sociais, produtivas e ambientais ganhou novo destaque.

AGRICULTURA FAMILIAR

Para conceituar agricultura familiar não há um termo pronto e acabado, mesmo porque, a própria categoria social se transforma e se adapta às condições que lhe são impostas pela história e pelo meio. Atribuir à agricultura familiar um conceito estático é afirmar a sua estagnação e ignorar sua notória capacidade de produção e reprodução em

condições sociais e ambientais diferenciadas.

Partindo dessa premissa o conceito de agricultura familiar transita pela órbita das variáveis que compõem o universo agrário, não se originando de fatores isolados, mas de características que, inter-relacionadas, possibilitam o conhecimento da condição camponesa, condição que reflete os processos de desenvolvimento vividos pela sociedade ao longo do tempo, aproximando e às vezes, confundindo os modelos de fazer agricultura (Van Der Ploeg 2008).

A dinâmica e a maleabilidade agrícola são fundamentais para a produção e a reprodução social da agricultura familiar e permitem verificar que ela está longe de ser cristalizada e atrasada. Pelo contrário, a sua localização em ambiente constantemente ameaçador impõe a criação e a recriação de estratégias que viabilizem a sua continuidade, e é o manejo integrado dessas estratégias que permite identificá-la.

São várias as estratégias que compõem a dinâmica da reprodução da agricultura familiar, porém, a literatura identifica com mais propriedade aquelas ligadas à organização do trabalho em família, ligadas à terra e as relacionadas à manutenção e formação do patrimônio. O estudo dessas variantes é fundamental para a compreensão da dinâmica de reprodução dessa categoria social.

Na unidade camponesa, a organização da força de trabalho tem o objetivo de atender às demandas do grupo familiar. É coordenada pelo “pai de família”, que, no uso de sua autoridade e do saber fazer, distribui as atividades e determina quem deve trabalhar, fato que depende da situação do grupo doméstico (Garcia Júnior 1983).

O trabalho em família passa por divisões que se vinculam especificamente ao ambiente de trabalho, a saber: a casa e a roça¹. A roça é de onde vem o alimento para o sustento da casa e, por sua vez, assume uma importância maior dentro da unidade produtiva, sendo dirigida pelo homem, enquanto a casa é reconhecidamente de domínio feminino. Nesses ambientes, os conceitos de trabalho são diferenciados, mas, tanto o homem quanto a mulher atuam na esfera de domínio um do outro. A mulher ajuda nas atividades coordenadas pelo homem em seu ambiente e o homem, em determinadas ocasiões e mesmo reconhecendo a sua “falta de habilidade”, realiza atividades no ambiente de domínio feminino.

Considerando que a agricultura familiar é uma categoria em que a sua base está fundada no trabalho de seus membros, a terra é um aspecto importante e, apesar de parecer secundário a olhos externos, na dinâmica do agricultor, é o primeiro ponto a ser considerado na coordenação dos recursos da unidade produtiva.

A terra é o ambiente de convergência e determina o futuro da família, impondo ao agricultor decisões a serem tomadas diante das peculiaridades da unidade produtiva

1 O termo “roça” é usado para designar o local onde a família realiza o plantio dos alimentos para o abastecimento da unidade produtiva.

e da quantidade e qualidade do terreno, sendo a escassez da terra um dos problemas fundamentais enfrentados pelos agricultores. (Heredia 1979).

A falta de terra ou a falta de acesso a ela é elemento significativo para as estratégias produtivas, pois estas dependem do terreno e de suas características: o futuro da família e de seus membros na unidade produtiva, o matrimônio, a partilha da gleba, a escolha de quem migra e de quem fica, o destino do produto excedente e as manobras de venda de produtos. Esses fatores são equilibrados pela disponibilidade de terra e seu uso dentro da unidade produtiva familiar.

As estratégias relacionadas à manutenção e formação de patrimônio se apresentam em três dimensões. A primeira trata-se da herança e sucessão, que são instrumentos que compõem a forma de aquisição e aumento de terras. Esses dois processos não se iniciam com a abertura da sucessão propriamente dita, com a morte do patriarca ou matriarca, mas com o casamento dos membros das famílias. Casar tem como objetivo, não só a satisfação afetiva ou o interesse individual dos envolvidos no contrato, mas, em primeiro lugar, os interesses da família ou do grupo social e a manutenção da terra na família. Isso conduz a trajetória dos destinos dos membros da família: quem casar, com quem casar, e quem deve migrar.

Além das articulações sucessórias e matrimoniais, a formação do patrimônio do agricultor familiar pode ser considerada como um processo que inclui várias estratégias, sendo sempre possível verificar a presença do trabalho, dos repasses e dos negócios, que, organizados e articulados, contribuem na formação desse patrimônio, em especial a manutenção da unidade familiar na terra (Ribeiro; Galizoni 1998).

Em adição aos “negócios” a agricultura familiar possui, historicamente, a capacidade de combinar atividades agrícolas com outras não agrícolas. Os agricultores fazem isso quando precisam de receita fora do estabelecimento produtivo. Essa maleabilidade é decorrente da característica da atividade agropecuária, onde o tempo necessário em trabalho é menor que o tempo efetivo da produção, o que permite exercer outra função além da atividade agrícola. Autores como Kageyama (1998) e Graziano da Silva (1999) designam esse processo como pluriatividade.

Segundo Van der Ploeg (2008), o que se verifica é que a pluriatividade além possibilitar a reprodução social da categoria com o abastecimento da unidade produtiva, evita a dependência de círculos bancários e prestamistas, sendo uma forma de suplemento da renda da unidade produtiva.

O patrimônio dos agricultores familiares pode ser identificado como o resultado da própria agricultura, da realização de negócios, da criação de animais, do trabalho fora da unidade produtiva e da migração. Esses elementos juntos somam-se – às vezes com maior participação de um ou de outro fator –, e famílias agricultoras administram as suas disponibilidades e as suas limitações, o que permite ao longo prazo a continuidade da unidade produtiva.

COMUNIDADES RURAIS E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO SEMIÁRIDO MINEIRO

O semiárido brasileiro, representa uma extensão territorial que vai do norte de Minas ao norte do Ceará e do leste do Piauí ao oeste do Pernambuco, apresenta uma riqueza ímpar, que só pode ser compreendida a partir da análise de sua população, de sua cultura, de sua política e de sua vida.

Nesta região o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e preocupa as populações é o clima (Andrade 1964). A má distribuição de chuvas e a baixa capacidade de retenção hídrica do solo tornam a convivência com a estiagem um desafio a ser lidado constantemente.

O ambiente é composto por uma grande diversidade de ecossistemas, como a caatinga, as chapadas, os cerrados, os campos rupestres, os brejos de altitude e diversos tipos de floresta. O conhecimento da diversidade da natureza garante a sobrevivência das comunidades rurais que habitam esta região, além de comportar muitas espécies de plantas, como as oleaginosas, as frutíferas, as gramíneas e forrageiras nativas, que são conhecidas e usadas por essas comunidades (Diegues 2007).

É possível verificar nesse vasto território a presença de populações que extraem da natureza o sustento por meio de práticas tradicionalmente conhecidas e transmitidas por gerações.

Os agricultores familiares do semiárido do norte de Minas desenvolveram uma convivência com o ambiente conservando os seus ecossistemas (Dayrell 2000). Há, por parte deles, uma racionalidade produtiva, que está associada à natureza, conciliando produção com conservação, aproveitam as potencialidades dos ecossistemas e utilizam os seus próprios conhecimentos transmitidos socialmente e experimentados de geração a geração. A produção agrícola dessas populações se baseia na produção para o consumo, no intercâmbio ecológico com a natureza e no mundo social unido ao mundo natural.

O estudo sobre a agricultura familiar nesta região conduziu a verificação da existência de formas diferentes de gestão e uso dos recursos disponibilizados pela natureza: ora o recurso é gerido dentro da unidade familiar – e nela se verifica uma divisão não só de tarefas, mas de ambientes propriamente ditos – ora esta gestão se dá de forma coletiva ou comum, entre os membros de uma mesma localidade.

Roda D'água é uma comunidade rural do semiárido mineiro, situada no município de Januária, Alto Médio São Francisco, mais precisamente na sub-bacia do rio dos Cochos. As famílias de agricultores de Roda D'água são, em sua maioria, originárias da própria comunidade.

Às famílias de Roda D'água pode ser atribuído o conceito de família nuclear, considerando que são compostas por pai, mãe e filhos (Wolf 1976). Nas relações entre

os membros das famílias encontra-se a divisão das atividades e jornadas no trabalho produtivo na roça – dirigido pelo pai – e no trabalho desenvolvido no âmbito da casa, este último geralmente desenvolvido por mulheres e crianças menores. Ao se estudar as estratégias de produção e reprodução em Roda D’água, foi possível perceber formas assemelhadas às verificadas em estudos clássicos e recentes sobre agricultura familiar no tocante às dinâmicas de ajustes a condições naturais, sociais e políticas (Gracia Júnior 1983; Wootmann 1997; Ploeg 2008).

Em Roda D’água, as estratégias produtivas, didaticamente, se apresentam em três dimensões: as relacionadas à geração de renda, as relacionadas às iniciativas comunitárias e a captação de programas públicos e ao manejo dos recursos naturais.

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS RELACIONADAS À GERAÇÃO DE RENDA

No que diz respeito à geração de renda, na comunidade, destacam-se, a produção leiteira, as transferências públicas e a lavoura.

A produção de leite em Roda D’água sempre desempenhou um importante papel na manutenção das famílias, seja para a venda de leite na cidade de Januária ou na venda de produtos dele derivados como o queijo e o requeijão. Tanto o leite quanto o queijo tinham destino certo, o que garantia alguma renda aos agricultores da comunidade.

Com a implantação e funcionamento de um laticínio comunitário em 2005, a importância do leite para composição da renda dos agricultores da comunidade aumentou expressivamente, sendo que, em 2009, 80% dos agricultores informaram a produção leiteira como principal fonte de renda. O leite era entregue ao laticínio que pagava um preço fixo por litro, o que possibilitava às famílias de agricultores, em certa medida, o planejamento das prioridades na unidade produtiva.

A produção leiteira na comunidade podia ser estratificada a partir de 4 grupos: 26% dos agricultores produziam em média de 0 a 20 litros/dia, 34% produziam de 21 a 30 litros/dias, 34% dos produtores declararam produzir entre 31 a 40 litros/dia e apenas 6% produzia de 41 a 50 litros/dia. Na declaração do quanto era produzido por dia, encontrou-se sempre uma variante temporária significativa que eram as “águas” – período chuvoso em que a produção alcançava seu máximo, mas, de acordo com os agricultores, o leite era mais ralo e menos gordo. A justificativa era que quando ofertada no cocho a alimentação (ração) era mais seca enquanto nas “águas” o gado se alimenta de pasto verde que tendia a “ralear²” o leite.

No que diz respeito às transferências de renda, estas foram encontradas na

² Expressão utilizada pelos agricultores entrevistados para explicar o leite menos denso.

comunidade basicamente em duas modalidades: aposentadoria³ e Bolsa Família⁴, ocorrendo tanto juntas quanto isoladamente, dependendo da composição etária dos membros da unidade. A Bolsa Família foi indicada por 60% das famílias, apenas 7% das famílias declararam receber a aposentadoria isoladamente, enquanto 13% declararam receber a aposentadoria e a Bolsa Família de forma cumulativa e 20% informaram não receber nenhum tipo de transferência.

A identificação das transferências como uma das principais fontes de renda das famílias da comunidade rural de Roda D'água, sugere que os programas sociais que tinham como objeto a transferência de recursos diretos a agricultores eram facilmente aceitos. De acordo com os agricultores entrevistados, a aposentadoria ou a Bolsa Família garantiam a manutenção da casa enquanto o pagamento pela entrega do leite não chegava ou enquanto não se vendia algum animal que gerasse o dinheiro necessário. Assim, as transferências eram incorporadas à composição do orçamento familiar e viabilizavam a realização de estratégias reprodutivas.

As transferências representavam certa “folga” para planejar e segurança para correr determinados riscos na produção⁵. Considerando que a produção familiar no semiárido é sujeita a grandes variações, devido às suas próprias características, ter uma renda monetária constante, caso da aposentadoria e da Bolsa Família, era um fator de estabilidade importante para as famílias, que permitia às mesmas, planejamento e investimentos a curto, médio e longo prazo.

Como se observa, as transferências diretas e as aposentadorias eram de grande importância para composição das rendas monetárias destas famílias rurais. Porém, constatou-se que os estudos sobre seus resultados em comunidades rurais eram ainda incipientes e o seu aprofundamento podia corroborar para uma melhor compreensão das estratégias produtivas da agricultura familiar.

Apesar da lavoura (ou roça) isoladamente não ser citada pelos agricultores de Roda D'água como fonte de renda, exercia um papel diferenciado e fundamental na dinâmica da comunidade: compunha a dieta das famílias e se destinava também à alimentação de animais. A lavoura para fins de comercialização era impraticável do ponto de vista dos agricultores, considerando que o rio dos Cochós, que possibilitava a prática de agricultura

3 É um direito previdenciário garantido ao trabalhador rural a partir dos 60 anos se homem, e a partir dos 55 anos se mulher, desde que comprove pelo menos 180 meses de atividade rural (Sette 2005).

4 Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70) (MDS disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

5 É útil ressaltar que o peso das aposentadorias e pensões, como forma de reduzir a vulnerabilidade, tem sido amiúde discutido no contexto da ampliação das aposentadorias para trabalhadores rurais após a promulgação do texto constitucional de 1988. O impacto da aposentadoria rural é visto como extremamente favorável em termos de redução da pobreza e da indigência nessas áreas, contribuindo para a valorização dos idosos no ambiente familiar e dinamizando economicamente regiões que estavam à margem do processo de desenvolvimento. (Delgado; Cardoso 1999 citados por Pires 2008).

irrigada não dispunha mais de água para esse fim. Contudo observou-se que a lavoura para o que era destinada, viabiliza aos agricultores a aplicação de recursos em outros investimentos dentro da unidade produtiva.

Além das fontes de renda relacionadas ao leite, transferências e lavoura, o agricultor familiar de Roda D'água desenvolvia outras atividades econômicas. Foi possível verificar ocorrência da pluriatividade⁶ como estratégia familiar.

A execução de atividades fora da compreensão do que seria tipicamente rural como manejo do gado ou rotinas relacionadas à lavoura foi informada por 40% dos entrevistados. Dentre as condutas apontadas 50% dos agricultores declararam exercer funções relacionadas ao beneficiamento no laticínio enquanto os demais agricultores informaram como ocupação o serviço público municipal em escola de comunidade rural, o trabalho em casa de família e o ofício de tratorista, que apesar de realizados na própria comunidade foram indicados como atividades profissionais não relacionadas à própria unidade produtiva.

Em Roda D'água as famílias de agricultores não se entregam unicamente às atividades agrícolas dependentes de recursos da natureza. A composição da renda, responsável pela manutenção do grupo familiar advinha de várias fontes e da participação de todos os membros da família.

No aspecto da geração de renda percebeu-se que as famílias de Roda D'água cercavam-se de todas as possibilidades possíveis, sendo que programas de transferência de recursos e aposentadorias foram incorporados tanto como alternativas de melhoria de renda quanto de dinamização da produção das famílias.

ESTRATÉGIAS RELACIONADAS ÀS INICIATIVAS COMUNITÁRIAS E PROGRAMAS PÚBLICOS

São várias as formas de organização social que as comunidades podem lançar mão para alcançar objetivos comuns e obter recursos financeiros. Em Roda D'água uma das formas de organização social se materializou na Associação Comunitária.

⁶ Estes agricultores, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas, são identificados como agricultores em tempo parcial, apresentam como característica fundamental o exercício de atividades agropecuárias e não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços (Graziano da Silva 1996).

A associação teve início em 1985 para atender ao Projeto Sertanejo⁷ e para receber benefícios na implantação da Horta Comunitária – programas do Governo Federal e CODEVASF. Seus objetivos, de acordo com os agricultores, eram: ajudar, capacitar os associados e criar um sistema de cooperativismo para buscar sustentação para as famílias. A associação procurou promover cursos principalmente através do SENAR e EMATER.

Dentre as ações da associação destacam-se a perfuração de um poço tubular, a implantação do Laticínio Roda D'água, a aquisição de trator e implementos, a construção do galpão comunitário onde era guardado o trator e os implementos e a obtenção da sede da associação através de doação da Prefeitura Municipal de Januária. O local era um imóvel destinado ao funcionamento de uma escola rural que atendia às crianças da comunidade e de outras localidades próximas, mas foi desativada, tornou-se então o centro de convergência da comunidade, onde eram discutidos os problemas comuns e realizadas atividades coletivas de fortalecimento dos laços de solidariedade.

A utilização das vantagens alcançadas pela associação comunitária era regulada por normas tácitas que visavam garantir a todos os membros um uso igualitário dos recursos. Isso pode ser observado na gestão dos bens comuns, como no caso da água do poço tubular que abastecia a toda comunidade e da utilização do trator comunitário.

Na comunidade havia várias outras atividades sociais que eram desenvolvidas buscando maior integração entre as famílias. Eram promovidas atividades recreativas como torneios de truco, jogos de futebol no campo da comunidade, bingos beneficentes. Também eram realizadas atividades religiosas como as festas de Reis, de São Gonçalo e festa Junina com realização de quadrilha⁸.

A organização das famílias de Roda D'água em associação possibilitou à comunidade o aproveitamento de forma mais efetiva dos programas e ações disponibilizadas por instituições públicas e não governamentais, selecionando as que seriam mais bem adaptadas ao seu perfil. Alguns benefícios alcançados como o poço tubular, a instalação do laticínio, a participação da comunidade em programas de convivência com o semiárido foram conquistas obtidas através de atuação da associação de Roda D'água.

7 Programa criado pelo Governo Federal em 1976, para organizar e fortalecer as unidades produtivas do Semiárido, tornando-as menos vulneráveis às secas, através da capacitação dos agricultores na utilização mais racional dos recursos naturais disponíveis em suas propriedades agrícolas.

8 As festas religiosas têm um significado especial para comunidades rurais brasileiras, pois são canais de integração entre os membros da comunidade e entre ela e outras localidades. Tais festas realizam-se formalmente no seio das comunidades rurais em louvor a algum santo católico e são importantes palcos de trocas e de manutenção de relações sociais, seja entre os membros das próprias comunidades rurais (e mesmo seus egressos) como entre estas e as comunidades vizinhas (Ortega & Silva Só 2006:14).

Os programas públicos na comunidade nem sempre seguiram uma delimitação precisa, vez que os agricultores não designavam com segurança em qual programa determinada atividade se inseria. Isso aconteceu, por exemplo, nos casos das barraginhas, do cercamento de nascentes, da capacitação em criação de abelhas sem ferrão e nas atividades relacionadas à Misereor. Com exceção desta última que é uma Organização Internacional de Cooperação, as outras atividades indicadas eram na verdade práticas dentro de ações mais amplas de revitalização do rio dos Cochos e não projetos isolados.

Na comunidade de Roda D'água as famílias participavam de vários programas com objetivos diferentes, mas sempre integrados com as estratégias produtivas da comunidade ou com as estratégias familiares de gestão dos recursos naturais.

Quando questionados sobre programas e políticas existentes na comunidade os agricultores destacam aqueles que na ótica deles apresentaram mudanças significativas para as famílias. Um exemplo disso é o caso do Laticínio Roda D'água.

A ideia do Laticínio nasceu em uma reunião da associação, os agricultores buscavam alternativas para melhorar a comunidade, gerar renda e postos de emprego. Surgiu então a proposta de criação um laticínio, uma vez que os agricultores de Roda D'água sempre trabalharam com gado de leite.

Diante da proposta, formou-se um grupo de 28 agricultores que iniciaram a implantação do empreendimento, o terreno para a construção foi doado por um dos moradores da comunidade. Foi contratado um projetista particular para elaborar o projeto e, em 1999, foi assinado o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para construção das instalações. O laticínio contou com fornecimento de alguns equipamentos pela prefeitura municipal de Januária e com o apoio técnico da Emater, além de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), arrecadados individualmente pelos agricultores da comunidade.

Apesar da assinatura do contrato de financiamento datar de 1999 o Laticínio Roda D'água só veio a funcionar efetivamente em 2005. O funcionamento iniciou-se a partir da vigência de contrato com o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) para entrega de leite ao programa "Leite pela Vida", vinculado ao programa FOME ZERO do Governo Federal. No período anterior, devido a problemas de ordem operacional como questões relacionadas à documentação, o laticínio ainda não estava apto a funcionar.

Os entrevistados apontaram como objetivos centrais do laticínio a geração de renda e agregação de valor aos produtos da comunidade. Antes da sua implantação, já havia a produção de leite em conjunto com a comunidade de São Bento, que juntas somavam 800 litros/dia de leite. O leite era vendido para clientes de Januária que pagavam R\$

0,50 pelo litro de leite; os agricultores pagavam o frete que chegava a proporção de 50% do valor do leite que era vendido. Além da venda do leite, eram fabricados requeijão e queijo que também eram comercializados em Januária. Em 2009 as duas comunidades produziam aproximadamente 1.200 litros de leite por dia.

Após a implantação do laticínio, o leite em sua maioria era destinado ao programa “Leite pela Vida”. O programa pagava R\$1,10⁹ (um real e dez centavos) por litro de leite. Deste valor o agricultor recebia do laticínio R\$0,75¹⁰ (setenta e cinco centavos). Para o agricultor que precisava do frete para a entrega do leite, o laticínio pagava o valor de R\$0,80¹¹ (oitenta centavos) pelo litro para compensar a despesa com o transporte. As diferenças dos valores entre o que o laticínio recebia pelo leite e o que pagava ao agricultor eram destinadas à manutenção do laticínio.

A importância do laticínio para a comunidade era uma afirmativa de todos os agricultores entrevistados, pois além de garantir uma renda certa melhorou a qualidade de vida das famílias de Roda D’água. Em síntese, os agricultores avaliavam que a implantação do laticínio proporcionou: a) a geração de renda e emprego na comunidade; b) o dinheiro ficava na comunidade e no município; c) entregar o leite para o laticínio era mais vantajoso do que diretamente em Januária; d) segurança na produção e entrega do leite, uma vez que o laticínio garantia o preço do produto.

Um ponto de grande relevância que merece ser ressaltado é que, ao optarem pela implantação do laticínio, os agricultores familiares de Roda D’água associaram dinheiro público ao atendimento das estratégias produtivas das famílias. O histórico da comunidade com relação ao escoamento e venda da produção de leite era marcado pela presença de atravessadores e obstáculos que reduziam os retornos que poderiam advir desta atividade produtiva. A estratégia de instalação do laticínio na comunidade eliminou o “prejuízo” arcado com o escoamento da produção e da venda indireta do leite, possibilitou a celebração de contratos de fornecimento em longo prazo, gerou ocupação local, além da possibilidade da produção de derivados do leite agregando mais valor ao elemento produzido na comunidade.

A implantação do laticínio em Roda D’água mobilizou ações sociais e recursos públicos em prol da efetivação do empreendimento, considerado coletivo. Dentre os recursos públicos aqueles advindos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tiveram um papel significativo na implantação do laticínio e na manutenção das atividades agrícolas na comunidade.

As políticas de crédito historicamente são partes integrantes de programas

9 Valores em outubro de 2009.

10 Idem.

11 Idem.

de desenvolvimento para o rural, porém, a dinâmica das políticas de crédito para a agricultura acabou por desvendar um caráter discriminatório institucionalizado, ou seja, traziam consigo tantas exigências que acabavam por contemplar apenas os grandes proprietários, ficando o produtor familiar às margens dessas políticas. Contudo a partir da década de noventa, vê-se o surgimento de uma política de crédito que viesse, de fato, atender às categorias menos favorecidas do rural brasileiro em especial a agricultura familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surgiu com este nome em 1996, tendo como objetivo geral propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares (Mattei 2007).

Em Roda D'água a linha de crédito de preferência apontada pelos agricultores entrevistados era o Pronaf Investimento. Com os recursos deste programa os agricultores renovaram o rebanho e realizaram outras atividades com objetivo de melhorar as condições da unidade familiar de produção.

A grande preocupação das famílias de Roda D'água era com o pagamento do valor adquirido com o financiamento, o que os levavam à procura do programa somente quando o rebanho necessitava de ser renovado ou quando lhes era apresentada oportunidade de um bom negócio. Para os agricultores de Roda D'água, chegar a data do pagamento sem o devido valor era inaceitável, o que os fazia reservar um ou mais animais para a garantia da dívida e a manutenção do ciclo com a possibilidade de contratação de novo empréstimo para o próximo ano.

Para os agricultores familiares de Roda D'água o Pronaf tinha um significado que ia além do simples empréstimo, isso porque no âmbito de suas estratégias produtivas a renovação do rebanho e a melhoria da infraestrutura da unidade de tempos em tempos eram pontos preponderantes para a permanência na atividade leiteira. Esses eram os principais motivadores para a contratação do programa, o que justificava a periodicidade com a qual os agricultores lançavam mão do programa.

Outro programa que teve grande adesão dos agricultores da comunidade foi o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas). O P1MC está vinculado ao Programa de Mobilização e Formação Social para a Convivência com o Semiárido desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro (Asa Brasil) e apoiado pelo governo federal. Tem por objeto a construção de cisternas de placas de concreto que captam a água da chuva e suportam 16mil litros de água, sendo que, utilizada adequadamente, a água armazenada na cisterna dura aproximadamente 8 meses (Asa 2010).

Na comunidade esse programa era operacionalizado pela Cáritas Brasileira da Arquidiocese de Januária. A Cáritas brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social, que realiza projetos na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas

(Cáritas 2009).

Por intermédio da Cáritas o P1MC foi implantado abrangendo 89% das unidades familiares da comunidade. O objetivo era atender a 100% das famílias da comunidade. Entretanto, devido às exigências de participação em cursos de capacitação em gerenciamento de recursos hídricos e cuidados na manutenção da cisterna de placa, os agricultores que não puderam cumprir estas exigências não foram incluídos. A construção da cisterna de placas era realizada por pedreiros da própria comunidade capacitados para este fim e remunerados com recursos do programa.

As famílias beneficiados pelo P1MC, além da participação nos cursos de capacitação, em contrapartida, prepararam a terra para o recebimento da base da cisterna de placas, auxiliaram na construção da cisterna e forneceram a alimentação e, às vezes, hospedagem para os pedreiros e para os serventes. O programa ganhou credibilidade entre as famílias a partir da compreensão de que o recurso “água” se tornou cada vez mais indispensável e escasso para comunidades rurais do semiárido. Nesse contexto a água tem um significado diferenciado do verificado nos centros urbanos e áreas rurais mais abastadas.

O P1MC se mostrou uma das melhores alternativas para a convivência com o semiárido. Desde sua implantação, tem beneficiado milhares de famílias que, assim, como em Roda D’água, em determinadas épocas do ano encontram-se desprovidas do recurso natural mais importante para o ser humano: a água.

A água do rio dos Cochos marcou a história da comunidade Roda D’água. Em outros tempos, viabilizou inclusive a prática da agricultura irrigada, contudo, as disseminações de programas públicos de apoio às monoculturas e à criação extensiva de gado causaram um impacto significativo sobre as águas do rio dos Cochos. A percepção de que as águas estavam diminuindo levou os agricultores das comunidades a se organizarem para dar início à tentativa de recuperar o rio dos Cochos.

De acordo com Santos et. al. (2010), a organização da população do rio iniciou-se em 1997. A preocupação da população da sub-bacia com a situação do rio dos Cochos levou os agricultores, em parceria com a Emater de Januária, a elaborarem um projeto de recuperação da sub-bacia conseguindo apoio financeiro pela Misereor¹².

Ocorre que o projeto de recuperação da sub-bacia do rio dos Cochos não poderia ser desenvolvido pela Emater, parceira inicial das comunidades da sub-bacia, uma vez que em projetos apoiados pela Misereor não poderia figurar como gestores instituições públicas. A execução do projeto foi então assumida pela CÁRITAS Diocesana de Januária. (O Candeeiro 2009).

Os agricultores sentiram a necessidade de formalizar a organização das

¹² MISEREOR foi fundada em 1958, como organização contra “a fome e a doença no mundo”. É uma agência de desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha. Fonte: <http://www.misereor.org/pt/sobre-nos.html>

comunidades visando à captação de mais recursos e a concretização de outras parcerias que viessem a contribuir para a causa das comunidades rio dos Cochos. Foi por isso que em 2003 criaram a Associação dos Usuários da Sub-bacia do rio dos Cochos - ASSUSBAC (Santos *et al.* 2010). A partir de então a ASSUSBAC desempenha um papel significativo para o desenvolvimento de ações execução de projetos e captação de recursos.

O “Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos” é o resultado da organização social de todas as famílias moradoras das seis comunidades banhadas por este rio. Nesse sentido a participação de Roda D’água não acontece individualmente, isso porque a trajetória do projeto é associada à trajetória conjunta de todas as comunidades e da própria a ASSUSBAC.

Roda D’água é integrante da ASSUSBAC o que torna possível a participação da comunidade em várias iniciativas que têm por objetivos, principalmente, a convivência mais harmônica com o ambiente, a conservação de mata ciliar, de nascentes, a capacitações de agricultores em técnicas sustentáveis de aproveitamento das disponibilidades naturais da região semiárida, como por exemplo, o manejo de abelhas sem ferrão.

Através da ASSUSBAC, a comunidade construiu e consolidou projetos em parcerias com uma rede de instituições de ensino - Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e o Instituto Federal do Sul de Minas. Estas instituições realizaram diagnósticos para levantamento de demandas e apoiaram atividades de capacitação de famílias de agricultores no manejo das águas, no agroextrativismo e em intercâmbio com outras experiências. Este foi um dos projetos mais significativos indicado pelos agricultores. As famílias valorizaram as possibilidades de aprendizado que o projeto proporcionou como, por exemplo, as capacitações em eventos nas comunidades. Os agricultores consideraram que as parcerias com as instituições de ensino agregaram valor às práticas comunitárias numa troca de conhecimentos e aprendizagem.

Outro aspecto que merece destaque é o fato que as conquistas obtidas pela comunidade de Roda D’água junto à ASSUSBAC e às instituições públicas e Instituições não governamentais deveu-se à organização da própria comunidade através da associação comunitária. Nesse horizonte é possível observar que a representação exercida pelo membro da associação comunitária junto às instituições mencionadas possibilitou a criação de redes e fortalecimento de alianças e articulações que proporcionou à Roda D’água a convivência com um maior número de oportunidade no que se refere à programas e projetos de variadas naturezas.

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS RELACIONADAS AO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

Na comunidade Roda D'água, as estratégias relacionadas ao manejo dos recursos naturais seguem a lógica dos agricultores, que se volta à manutenção da família e da unidade produtiva. A água e a terra têm especial atenção tendo em vista que sempre são manejados de forma conjunta, tendente a viabilizar a principal atividade da comunidade: a agropecuária leiteira.

Uma das grandes questões enfrentadas por agricultores na região semiárida é a oferta de água. A água é um elemento da natureza que tem inúmeras funções na dinâmica de uma família: é água de beber, de cozinhar, de lavar, de “banhar”, de irrigar, além de outras dentro de unidade.

A água é um recurso natural que tem grande influência junto ao modo de vida dos agricultores de Roda D'água. A diminuição da água do rio dos Cochós trouxe impactos significativos para os agricultores. Com o quase desaparecimento do rio, os agricultores familiares foram “forçados” a buscar outras formas de acesso à água, as famílias de agricultores precisaram descobrir novas estratégias de acesso a esse recurso da natureza.

O mapeamento das principais fontes de água na comunidade indicou: a) o poço tubular comunitário¹³, b) a distribuição de água da COPASA por meio de caminhão pipa¹⁴, c) o rio dos Cochós, d) as barraginhas¹⁵ e, e) cisternas de placa do P1MC – Programa um Milhão de Cisternas Rurais¹⁶. Pode-se observar que foi necessário combinar um conjunto de fontes para assegurar o abastecimento familiar. Identificando que as famílias procuram se garantir com mais de um tipo fonte de água, em menor ou maior proporção, sempre buscando manter a perenidade do recurso na unidade. Indica também que as famílias tiveram que se articular politicamente, pois com exceção do rio dos Cochós, todas as outras fontes estão relacionadas a programas públicos governamentais ou não

13 O poço tubular foi uma construção advinda da parceria com o Poder Executivo do município de Januária/MG com a Comunidade de Roda D'água. O poço abastece todas as famílias da comunidade que pagam um valor simbólico pela manutenção do abastecimento.

14 A distribuição da água da COPASA chega à comunidade por meio de um “Caminhão Pipa”. Sua distribuição começou a ser realizada em outubro de 2009, sendo que sua distribuição não mantém uma regularidade, segundo os agricultores entrevistados.

15 As barraginhas são pequenas barragens de terra em formato semicircular que funcionam como se fossem caixas – d'água naturais, abertas nos declives dos morros. Ao cair a chuva, essas caixas se enchem com enxurradas, evitando que a água escorra rapidamente e provoque erosões. Ao cessar a chuva, essa água que ficou retida penetra no solo, abastece o lençol freático e as nascentes e proporciona um solo úmido, por um período maior de tempo” (Araújo 2007).

16 O P1MC é um dos programas da ASA Brasil que, através da construção de cisternas de placa, pretende disponibilizar água para as famílias rurais, durante o período de estiagem. As cisternas são construídas em tamanho padrão para todo o semiárido (Araújo 2007).

(Araújo 2007; Galizoni 2005).

Em Roda D'água, a água tem três usos bem distintos, que variam de acordo com as fontes das quais advêm. São eles: o uso doméstico, a irrigação e a dessedentação de animais. Ao uso doméstico, devido à qualidade¹⁷ e a disponibilidade, é destinada a água do poço tubular, da cisterna de placas, a água da COPASA e a água do rio dos Cochós.

A irrigação é uma prática pouco comum entre os agricultores da comunidade, devido justamente à pouca disponibilidade de água. Porém, foi possível identificar agricultores que ainda cultivam suas hortas no quintal da unidade. Em relação a estes, observou-se que a água do poço tubular é a mais utilizada para esse fim.

Para a dessedentação de animais os agricultores disponibilizam as águas do rio dos Cochós, das barraginhas e ainda do poço tubular. Interessa ressaltar que a utilização da água do poço tubular para esse fim ocorre somente depois de exauridas as outras fontes, o que acontece na época da seca, quando as águas do rio dos Cochós diminuem muito.

Além da água, a “terra”, em conjunto com os fatores climáticos também é um dos pontos de estrangulamento na estratégia reprodutiva dos agricultores familiares do semiárido. A escassez de terra representa um dos problemas fundamentais enfrentados pelos agricultores (Heredia 1979). O recurso natural “terra” determina não só a moradia, mas também o que plantar, o que criar e onde criar. Com os agricultores de Roda D'água a história não é diferente, a produção da unidade produtiva se baseia, principalmente, na disponibilidade de terras.

O tamanho e a qualidade da terra ditam as regras de seu uso em Roda D'água. Na comunidade a terra apresenta quatro principais finalidades produtivas: lavoura, pasto ou “manga¹⁸” - como noticiam os agricultores – capineira ou canavial e reserva que em alguns casos se confunde com a “solta”.

Com relação à qualidade da terra, foi possível identificar uma classificação singular, baseada na identificação da terra para lavoura. A terra boa é designada de “terra de barro”, também chamada por alguns de “mata”; já a terra ruim para o plantio de lavoura é arenosa, identificada como chapada ou cerrado. Os adjetivos atribuídos à terra pelos agricultores são variados, mas se destinam sempre a identificar suas propriedades associadas aos fins a que possivelmente se destinam e a sua fertilidade.

Essa classificação não é orientada por composições físico-químicas do solo, mas pelo saber dos agricultores que, a partir desta classificação, destinam o uso da terra de acordo com suas necessidades. A “terra boa” é usada para o cultivo das lavouras e coleta

¹⁷ Para melhor esclarecimento sobre a seletividade da água por agricultores familiares, consultar Galizoni (2005) e Chiodi (2009).

¹⁸ “Manga” é o termo utilizado pelos agricultores da comunidade de Roda D'água para conceitua a área destinada a pastagem do gado que permanece nas terras próximas à casa.

de frutos como o umbu, enquanto na “terra ruim” são coletados alguns frutos típicos da região como cajuí e pequi dentre outros.

O saber ambiental e produtivo acumulado pelas famílias de agricultores de Roda D’água na lida com as características do semiárido permitiu a adequação do suprimento de suas necessidades produtivas às intempéries da natureza. A lavoura segue a lógica do “tempo”: o período de trabalho familiar com o plantio se inicia em novembro se estendendo em alguns casos, até junho.

Mas o marco divisório dessa percepção é a chegada das “águas” - estação anual das chuvas. Esse fenômeno, “as águas”, é tão significativo para o agricultor, que chega a ser tão importante quanto a terra em si. É com base nas “águas” e em sua quantidade e intensidade que os agricultores se programam ou, pelo menos, tentam programar melhor as estratégias produtivas a serem adotadas para o ano agrícola que se iniciará.

Na comunidade de Roda D’água o preparo da terra para o recebimento das sementes seguia duas práticas. A primeira era a utilização do trator e grade para misturar a terra. A lógica de utilização do trator tinha a ver com a disponibilidade deste instrumento na comunidade. Como só existia um trator comunitário e a época de preparo da terra dos agricultores seguia a mesma dinâmica da natureza, ou seja “as águas”, os agricultores procuravam não se vincular ao trator comunitário, preferindo, portanto iniciar os cuidados na terra com as forças do trabalho familiar disponíveis. O uso do trator e da grade não era assim a única forma de preparo da terra, os agricultores usavam a força de trabalho dos membros da família e instrumentos mais tradicionais como enxadão e a enxada.

As famílias de agricultores combinavam técnicas convencionais de agricultura – como utilização de maquinários – com formas tradicionais de lavoura e o preparo do terreno com instrumentos manuais.

A escassez de terras em decorrência das sucessivas partilhas e, principalmente, a falta de terras de qualidade para o cultivo da lavoura intensificou a produção naquelas de melhor qualidade. Na opinião dos agricultores, essa era uma das causas do enfraquecimento dos terrenos, o que levou a diminuição da produção a cada ano.

Apesar de 93% dos agricultores entrevistados fazerem “roça” todo ano, a lavoura era encarada produtivamente de forma “secundária”, pois a principal atividade da comunidade, como já afirmado, era a criação de gado para a produção de leite. Os produtos da lavoura eram para o consumo das famílias e o remanescente para a alimentação dos animais.

A terra destinada ao plantio da lavoura era de preferência a “terra de barro” ou “terra boa”. Nesta terra mais argilosa era feita a roça de milho, feijão, mandioca, fava, abóbora, feijão de corda e melancia; também nela é cultivado o sorgo para a alimentação bovina. Mas nem sempre os agricultores dispunham desse tipo de terra para o cultivo. Nesses casos, eles se viam obrigados a cultivarem suas lavouras em terras consideradas

por eles como piores.

Na lavoura o plantio do milho foi preferência para 100% dos agricultores. O milho se mostrou como um produto de grande importância para a dinâmica produtiva das famílias, porque ele apresentava um aspecto de alternatividade¹⁹, ou seja, tinha multiuso: alimentava a família, servia à criação de animais e encontrava facilidade de disposição para a venda. Seu cultivo podia ser isolado ou em consórcio com o feijão, mandioca, fava, abóbora, feijão de corda e a melancia.

Essa característica da lavoura consorciada também foi observada em estudos de Herédia, (1979) e Gárcia Jr. (1983) no semiárido nordestino. Esses autores indicaram que, além das peculiaridades do acesso a terra e de seu uso, o agricultor se especializava em utilizar melhor as propriedades da terra, isso porque quando ela é pouca o seu manejo se opera por meio da associação e da sucessão de cultivos.

Além do cultivo da roça, a terra na comunidade Roda D'água tinha outros usos: a criação do gado e o extrativismo. Uma característica bem marcante na comunidade era o modo como os agricultores articulavam a agricultura, pecuária e extrativismo. A gestão e o uso da terra não ocorriam de forma isolada da criação dos animais ou da coleta de frutos da natureza. Essa singularidade era mais evidente quando os agricultores mais idosos ou os mais novos revelam repetir as práticas de seus pais e avós e relatavam o sistema como criam o gado.

Na comunidade, a criação do gado se dava em três paisagens durante o ano, “solta” (terreno usado em comum há várias gerações por várias comunidades da região, através de acordos tácitos e morais de utilização da terra), “manga” (espécie de piquete formado de pasto) e curral. A utilização de cada modalidade dependia, mais uma vez, do tempo das “águas”. No início das “águas”, o gado era levado para “a solta”, no final desta estação o gado retornava às unidades sendo que em alguns casos retornava sozinho, fato favorecido pelo costume sistemático do uso da mesma terra de “solta”. Ao retornar, o gado era levado para a área que foi destinada à lavoura naquele ano, denominada pelos agricultores como “palhada²⁰”.

Esse processo pendular se iniciava em outubro e terminava em maio. É em maio também que as colheitas das roças estavam sendo concluídas e o gado que retornou da “solta” juntamente com os que estavam nas mangas vão para “palhada” e ali permanecem por período de mais ou menos quatro meses.

O que se observou é que a possibilidade de utilização da área de “solta” é uma

19 Para melhor compreensão da alternatividade, ver Garcia Júnior (1983).

20 Esta transição do gado de uma área para outra condicionada à disponibilidade de terras e a periodicidade das chuvas também foi identificada em estudos realizados no estado de Sergipe por Ellen e Klaas Woortmann, onde “após a colheita, transferia-se o gado para o espaço da roça, onde se alimentava da palha (restolho)” (Woortmann 1997:30). Também, sobre a utilização da “palhada” para a alimentação do gado ver Andrade (1974).

estratégia que possibilita ao agricultor diversificar a utilização das terras, seja recuperando a “manga”, seja alternando as culturas da lavoura. É importante levar em conta que a disponibilidade de terra para alguns agricultores era reduzida e a ausência desta área de “solta” impossibilitaria a criação do gado e de outros animais.

A “solta” representava a possibilidade de uso de um conjunto de recursos da natureza. O uso “em comum” de recursos naturais era fundamental para que as famílias pudessem ampliar suas estratégias reprodutivas e partilhar possibilidades produtivas.

O uso da terra no semiárido envolvia um conjunto de estratégias que possibilitavam ao agricultor uma melhor convivência com o ambiente. Isso se manifestava na proposta coletiva de gerir recursos naturais, como nos casos da utilização das “soltas” em comunidades e na sua regulamentação, como enfatizou Sabourin (2008) para os casos específicos de formalização e regulamentação dos usos coletivos. Ou ainda, no melhor aproveitamento do solo e de suas propriedades, como destacaram Heredia (1979) e Garcia Júnior (1983).

Em conjunto com o gado os agricultores de Roda D’água criavam outros animais, considerados animais do terreiro. Assim como acontecia com o gado, os animais do terreiro eram mantidos de acordo com a disponibilidade de terra, o que, em alguns casos, impossibilitava as famílias de terem animais além do que suportava sua terra.

O modo de criação desses outros animais variava de acordo com a necessidade da espécie e possibilidade do agricultor. Esses animais eram criados principalmente na área denominada de “terreiro” que se localizava nas proximidades da casa de morada e variava de acordo com o tamanho da unidade produtiva. As famílias se dedicavam à criação principalmente de animais de manejo menos complexo como era o caso das galinhas: eram criadas em galinheiros com áreas que variavam de 4 a 10m² ou soltas no terreiro da unidade produtiva. Carneiros e cavalos eram criados juntamente com o gado e ficavam na “manga” próximo à morada, enquanto os porcos eram criados em chiqueiros que mediam entre 3m² a 30m².

Os agricultores esclareceram que galinhas, cavalos, porcos e carneiros são animais criados todos os anos e o ano inteiro, sendo que sempre era possível encontrar um frango ou porco pronto para o abate. Todos das famílias afirmaram que os animais não eram criados para comercialização. Porém, declinaram que havendo oferta, algumas dessas crias podiam ser comercializadas, como era o caso do frango ou dos porcos, mas o objetivo maior das criações do terreiro era o abastecimento da unidade familiar.

No que se refere às estratégias relacionadas ao manejo de recursos naturais é importante destacar que indiferente do período do ano agrícola, seja na “seca” seja nas “águas” os agricultores distribuíam seu tempo no campo lavrando a terra, alimentando o gado, colhendo os produtos da lavoura, dedicando-se a atividades não tipicamente rurais e também se revestiam em extrativistas.

O semiárido norte mineiro oferece uma variedade de produtos que possibilitam a

atividade extrativista durante quase todo o ano. Em diferentes épocas e terras os produtos da natureza são coletados e são responsáveis por integrar a pauta alimentar das famílias.

Das famílias entrevistadas apenas 20% declararam não coletar nenhum tipo de produto da natureza. Os agricultores que coletavam (cerca de 80% das famílias) informaram que essa atividade era realizada por todos os membros da família, em algumas circunstâncias pelo pai e filhos em conjunto e em poucas vezes apenas o pai era responsável pela coleta de produtos.

O extrativismo tinha grande importância para a composição da dieta das famílias porque tanto integrava a alimentação principal como é o caso do pequi, quanto compunha os ingredientes para a elaboração de sucos e sobremesas, caso do umbu e da “cabeça de nego”. Foi possível observar que as famílias combinavam dois aspectos no seu planejamento de coleta e extrativismo: preferência por produto e sazonalidade na disponibilidade do produto pela natureza.

Apesar da oferta estacional dos frutos pela natureza, a preferência familiar por determinados frutos, como o pequi, o cajuí, o umbu e a “cabeça de nego”, era determinante no papel do extrativismo nas estratégias alimentares. O que já não podia ser afirmado em relação ao maracujá do mato, do coquinho azedo e da cagaita que eram coletados em menor proporção e integravam de forma marginal a dieta local.

Ao buscar compreender a lógica de coleta praticada pelo agricultor, foi possível estabelecer uma ordem de frutos coletados segundo sua oferta pela natureza durante o ano e a sua disponibilidade de acordo com o tipo de terra em que é encontrado.

Com exceção dos meses de junho, julho e agosto, as famílias de Roda D’água tinham a possibilidade de exercer a coleta de frutos durante nove meses. Esses meses podiam ser divididos em dois períodos: um compreendido de janeiro a maio e outro de setembro a dezembro; sempre considerando que alguns frutos estavam disponíveis por um período de quatro meses como é o caso do pequi que pode ser coletado de dezembro a fevereiro ou “cabeça-de-nego” que pode ser encontrado de janeiro a maio.

Na ótica dos agricultores os frutos coletados na comunidade podiam ser encontrados basicamente em dois tipos de terra: na chapada ou terra de areia coletava-se a “cabeça-de-nego”, a cagaita, o cajuí, o coquinho azedo, o maracujá do mato e o pequi; já na terra de barro ou mata era encontrado o umbu.

O frutos coletados eram destinados ao consumo da família, não havendo na comunidade a prática de comercialização destes produtos. Questionados sobre o que dificultava a comercialização destes produtos, os agricultores apontaram o transporte como um grande obstáculo, pois o acesso à comunidade é via estrada de terra e irregular. Foi mencionado ainda que o tempo dispensado ao trato dos animais dificultaria a coleta de frutos em escala que compensasse a venda.

As estratégias produtivas dos agricultores de Roda D’água combinavam lavoura, criação de gado, de pequenos animais, extrativismo e tinham como ponto de convergência

os diversos tipos de acesso de terreno.

A terra assumia finalidades distintas de acordo com as qualidades que possuía: a terra boa ou de barro, a terra de areia ou chapada. Cada um desses tipos de terra representava uso diferente, mas importante na composição final. A terra de barro era utilizada para quase todas as atividades, excluídas apenas o uso como “solta”, atividade típica de terra mais fraca identificada como “cerrado”, “terra de areia” ou “chapada”.

A criação de gado e a de outros animais, como visto eram atividades praticadas em dois tipos de terreno: o gado era criado uma parte do ano na “solta” da “chapada” e outra na “manga” que era considerada terra de barro ou terra de mata, terra boa. Outros animais como carneiros e cavalos eram criados ora com o gado na “manga”, ora em terra mais fracas próximas as residências dos agricultores.

Como foi possível perceber, o extrativismo seguia a lógica de disponibilidade da natureza e era praticado onde o elemento coletado é encontrado e esse, em sua maioria, era coletado na chapada.

Independente do tipo de terra foi possível perceber que os agricultores buscam aproveitar ao máximo suas possibilidades produtivas de forma a adequar o tipo de atividade ao potencial que a terra tinha a oferecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da comunidade de Roda D’água é um exemplo de como comunidades se articulam e se apropriam de variadas formas de programas e políticas ofertadas por instituições governamentais e não governamentais para construir, dentro do possível, sua própria perspectiva de desenvolvimento.

A busca por autonomia leva famílias e comunidades a tomarem atitudes e assumirem posições com objetivo de alcançar melhores condições para seus membros. Assim, estratégias produtivas são articuladas às potencialidades comunitárias, ambientais e a projetos públicos.

Organização social, recursos naturais e programas de desenvolvimento estão interligados e a articulação desses elementos, no caso estudado, era realizada na perspectiva de atender às necessidades e anseios da comunidade: a permanência e reprodução do grupo social em seu território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASA. Articulação com o Semi-Árido Brasileiro. Programa Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em 04 de janeiro de 2010.
- ANDRADE, M. C. 1964. A Terra e o Homem no Nordeste . 2ª ed. Brasiliense. 267p.
- ARAÚJO, V. M. 2007. Programas, projetos, ações públicas e gestão das águas no Semi-Árido: uma avaliação em Januária. Lavras: Dissertação de mestrado em Administração, UFLA.
- CÁRITAS – Cáritas Diocesana de Januária/MG. Arquivo digital fornecido pelo escritório regional da Cáritas, em novembro de 2009.
- DAYRELL, C. A. 2000. “Os Geraizeiros Descem a Serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness” In: Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. CAA- N.M e Rede Cerrado. Max Gráfica. Montes Claros.
- DIEGUES, A. C. 2007. “Água e cultura nas populações tradicionais Brasileiras”. In: I Encontro Internacional: Governança da Água. São Paulo, NUPAUB/USP.
- GALIZONI, F. M. 2005. Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas. Campinas: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP.
- GARCIA JUNIOR, A. R. 1983. Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRAZIANO DA SILVA.1996. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. 2 ed. rev. Campinas, Unicamp.IE.
- GRAZIANO DA SILVA.1999. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP. IE.
- HEREDIA, B. M. A.1979. A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil. Paz e terra, Rio de Janeiro.
- KAGEYAMA, A. 1998. “Pluratividade na Agricultura: alguns aspectos conceituais”. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36., 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, p.555-566.
- KAGEYAMA, Ângela. 2004 Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, vol. 21, n. 3, p. 379-408, Brasília, set./dez. 2004..
- MATTEI, L. 2007. Políticas de Apóio à Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf. Revista Econômica do Nordeste. vol. 38, n. 1, jan/mar, 2007, Fortaleza/CE. 2007
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22464>. Acesso em 15 de maio de 2009
- ORTEGA, A. C. Territórios deprimidos – desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas: Editora Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

- RIBEIRO, E. M. GALIZONI, F. M. 1988. “Catira de gado e ocupações não-rurais: duas alternativas de reprodução de produtores de leite do Oeste de Minas Gerais”. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, p.953-964.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E.B. 2007. “Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no alto Jequitinhonha”. Revista de Economia Rural, vol. 45, n.04, p. 1075-1102, out/dez 2007.
- SABOURIN, E. 2008. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro, [Revista Tempo da Ciência](#), Vol. 15, n° 29: 57-72, 2008. ISSN: 14143089.
- SANTOS, A. J.; VIANA. A. L.; MATOS, J. G. R.; SOUZA, J. B.; PACHECO, J. M. S. 2010. O rio, o lugar e a história. In: História dos Gerais. (Org.) RIBEIRO E. M. Editora UFMG. Belo Horizonte/MG. 2010.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. 2008. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- WOLF, E. R. 1976. Sociedades Camponesas. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 150p.
- WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. 1997. O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Edunb. Brasília.

ABSTRACT

Family farming, natural resources and public programs are controversial topics and have attracted the interest of researchers from various fields of science. The relationship established between these issues is more complex when the convergence environment is the semiarid. This work aims to present the family farmers' main productive strategies identified in the rural community of Roda D'Água, Januária (Minas Gerais). We could observe that these family farmers develop their own speci-

fic strategies for the use of natural resources, particularly land and water. The productive activities of the community under study combine agriculture production and dairy farming which together with the public policy of fund transfer such as Bolsa Família (child benefit) are responsible for integrating the farmers' income. They still articulate public programs in the dynamics of their productive strategies always aiming the permanence and the reproduction of the social group in their territory.

KEYWORDS

Family farming, public programs, natural resources, semiarid region.

SUBMETIDO EM

Março de 2012

APROVADO EM

Novembro de 2012

LEANDRO LUCIANO DA SILVA

Doutorando FAE/UFMG – Procuradoria/UNIMONTES – Docente/Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc

FLAVIA MARIA GALIZONI

Professora Adjunto II da UFMG - Instituto de Ciências Agrárias – Campus Regional de Montes Claros, MG - Doutora em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

AUREO EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO

Professor Associado II da UFMG - Instituto de Ciências Agrárias – Campus Regional de Montes Claros, MG - Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.